

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 2.167, DE 2024

Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2167, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Duda Ramos, objetiva alterar a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet.

O primeiro artigo do projeto determina que a divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet, só poderá ocorrer sob supervisão médica. O médico supervisor deve ter registro válido em um Conselho Regional de Medicina e, em casos específicos de especialidades, possuir também o Registro de Qualificação de Especialista. O conteúdo divulgado deve identificar claramente o médico responsável.

O segundo artigo estabelece que os meios de comunicação devem adotar medidas para impedir a veiculação de conteúdos que não atendam a essas exigências.



Na justificação da proposição, o autor destaca que a disseminação de informações corretas é essencial para a saúde pública, enquanto a divulgação de informações por pessoas não habilitadas pode ter graves impactos negativos, como a proliferação de diagnósticos incorretos e tratamentos inadequados, especialmente nas redes sociais.

Essa proposição tramita sob o regime ordinário na Câmara dos Deputados, submetida à apreciação conclusiva das Comissões de: Saúde (CSAUDE), Comunicação (CCOM), e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O mérito da matéria será apreciado pelas duas primeiras.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta comissão.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 2167, de 2024, aborda um tema relevante para a saúde pública: a supervisão da divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação e nas plataformas digitais.

Com a crescente digitalização da saúde no Brasil e o aumento do consumo de informações por vias eletrônicas, é desejável que essas informações sejam fidedignas para evitar a propagação de conteúdos inverídicos ou inadequados, que possam comprometer a saúde da população.

A obrigação proposta pelo PL 2167/2024 se faz ainda mais necessária diante da proliferação de desinformação em plataformas digitais. Tal cenário tem sido caracterizado pela disseminação de diagnósticos e tratamentos superficiais, sem respaldo científico, que podem levar ao agravamento de condições de saúde e ao uso indevido de medicamentos.

A proliferação de informações médicas falsas na Internet e nos meios de comunicação é reconhecida internacionalmente como grave ameaça à saúde pública.¹ Por exemplo, há estudos indicando que quase 90% dos

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/maio/combate-a-desinformacao-na-area-da-saude-uma-luta-de-todos>.



brasileiros já receberam *fake news* sobre saúde² e que a esmagadora maioria dos profissionais de saúde identificou as notícias falsas como obstáculo ao combate à COVID-19.³

Logo, essa proposição é meritória e conta com meu apoio. Contudo, considero que modificações são necessárias para aprimorá-la, de modo que apresento substitutivo em anexo.

O substitutivo modifica a ementa do projeto para especificar que a supervisão deve recair sobre conteúdos associados ao exercício da medicina, uma vez que a expressão "conteúdos de saúde" é excessivamente ampla e poderia causar insegurança jurídica.

Além disso, o texto do parágrafo 8º, a ser incluído no artigo 4º da Lei nº 12.842, de 2013, foi revisado com o propósito de conferir maior segurança jurídica.

Essas alterações visam garantir a veracidade e a qualidade das informações médicas divulgadas, protegendo a segurança da população e a integridade da atuação profissional médica.

Diante das alterações sugeridas, voto pela aprovação do PL nº 2167, de 2024, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

2025-8271

² Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/KwCzQCqPkYwdKHYgkzrXPtb/>.

³ Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/infodemia-noticias-falsas-sobre-saude-dominam-redes-sociais-induzem-ao-erro-e-desafiam-autoridades/>.



COMISSÃO DE SAÚDE**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.167, DE 2024**

Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos associados ao exercício da medicina nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art. 4º
.....

§ 8º A divulgação por anúncio, publicidade ou propaganda e a comunicação ao público, por qualquer meio de divulgação, incluindo em aplicações de internet, de atividade profissional privativa de iniciativa, participação e ou anuência do médico deverá observar as regras e resoluções do Conselho Federal de Medicina”.

Art. 2º É restrito ao médico divulgar informações, conceder entrevistas e publicar artigos científicos e conteúdos educativos versando sobre as atividades privativas do médico, observado o decoro da profissão e as regras e resoluções do Conselho Federal de Medicina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.
Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

